



SÍNTESE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

Nº 163 | 26 DE SETEMBRO A 30 DE OUTUBRO . 2017

COEFICIENTES DE DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA

Portaria n.º 326/2017 DR n.º 209/2017, Série I de 2017-10-30

Portaria que procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2017, cujo valor deva ser atualizado nos termos dos artigos 47.º do Código do IRC e 50.º do Código do IRS, para efeitos de determinação da matéria coletável dos referidos impostos.

ENCARGOS A SUPORTAR PELAS ENTIDADES EMPREGADORAS COM A VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO

Portaria n.º 324/2017 DR n.º 208/2017, Série I de 2017-10-27

Fixa os encargos a suportar pelas entidades empregadoras com a verificação da incapacidade para o trabalho dos respetivos trabalhadores, mediante a realização de juntas médicas ou através da verificação domiciliária da doença.

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E FICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

Portaria n.º 325/2017 DR n.º 208/2017, Série I de 2017-10-27

Quinta alteração do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro.

REGIMES DE SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES NUCLEARES

Decreto-Lei n.º 135/2017 DR n.º 203/2017, Série I de 2017-10-20

Altera os regimes de segurança das instalações nucleares, transpondo a Diretiva n.º 2014/87/EURATOM.

ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2018

Resolução da AR n.º 237/2017 DR n.º 202/2017, Série I de 2017-10-19

Orçamento da Assembleia da República para 2018

NORMAS DE SEGURANÇA PARA OS NAVIOS DE PASSAGEIROS

Decreto-Lei n.º 134/2017 DR n.º 202/2017, Série I de 2017-10-19

Altera as regras e normas de segurança para os navios de passageiros, transpondo a Diretiva (UE) 2016/844.

TAXAS DEVIDAS PELOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E CONTROLO FITOSSANITÁRIO

Portaria n.º 298/2017 DR n.º 197/2017, Série I de 2017-10-12

Aprova o regime das taxas devidas pelos serviços de inspeção e controlo fitossanitário prestados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), e pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), enquanto organismos que atuam em estreita ligação com a DGAV.

REGULAMENTO QUE FIXA OS PESOS E AS DIMENSÕES MÁXIMOS AUTORIZADOS PARA OS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO

Decreto-Lei n.º 132/2017 DR n.º 196/2017, Série I de 2017-10-11

Aprova o Regulamento Que Fixa os Pesos e as Dimensões Máximas Autorizados para os Veículos em Circulação, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/719.

TAXAS MODERADORAS

Decreto-Lei n.º 131/2017 DR n.º 195/2017, Série I de 2017-10-10

Alarga o elenco de cuidados de saúde dispensados do pagamento de taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde.

REGIME JURÍDICO DE ACESSO E EXERCÍCIO DA ATIVIDADE SEGURADORA E RESSEGURADORA

Decreto-Lei n.º 127/2017 DR n.º 194/2017, Série I de 2017-10-09

Revê o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora e a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, completando a transposição das Diretivas 2009/138/CE e 2014/51/EU.

CARTÃO DE ESTACIONAMENTO

Decreto-Lei n.º 128/2017 DR n.º 194/2017, Série I de 2017-10-09

Altera o cartão de estacionamento de modelo comunitário para pessoas com deficiência.

MODELO DE APOIO À VIDA INDEPENDENTE

Decreto-Lei n.º 129/2017 DR n.º 194/2017, Série I de 2017-10-09

Institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente.

REGIME EXCECIONAL DE CONTROLO PRÉVIO RELATIVO À RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO

Decreto-Lei n.º 130/2017 DR n.º 194/2017, Série I de 2017-10-09

Estabelece um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe.

PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Decreto-Lei n.º 126-A/2017 DR n.º 193/2017, 1º Sup., Série I de 2017-10-06

Cria a prestação social para a inclusão, alarga o complemento solidário para idosos aos titulares da pensão de invalidez e promove os ajustamentos necessários noutras prestações sociais.

REGIME ESPECIAL DE ACESSO ANTECIPADO À PENSÃO DE VELHICE

Decreto-Lei n.º 126-B/2017 DR n.º 193/2017, 1º Sup., Série I de 2017-10-06

Estabelece um regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas.

FUNDO DE COINVESTIMENTO 200M

Decreto-Lei n.º 126-C/2017 DR n.º 193/2017, 1º Sup., Série I de 2017-10-06

Cria o Fundo de Coinvestimento 200M.

REGIME DA ACESSIBILIDADE AOS EDIFÍCIOS E ESTABELECIMENTOS QUE RECEBEM PÚBLICO

Decreto-Lei n.º 125/2017 DR n.º 192/2017, Série I de 2017-10-04

Altera o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

CARTÃO DE CIDADÃO

Portaria n.º 285/2017 DR n.º 188/2017, Série I de 2017-09-28

Procede à regulamentação das formas de entrega do Cartão de Cidadão e dos respetivos códigos de ativação, do código pessoal (PIN) e do código pessoal para desbloqueio (PUK), a cidadãos residentes no estrangeiro, bem como das condições de segurança exigidas para essa entrega e à fixação das taxas associadas.

CARTÃO DE CIDADÃO

Portaria n.º 286/2017 DR n.º 188/2017, Série I de 2017-09-28

Define os modelos oficiais e exclusivos do cartão de cidadão, os elementos de segurança física que o compõem, os requisitos técnicos e de segurança a observar na captação da imagem facial e das impressões digitais do titular do pedido e ainda as medidas concretas de inclusão de cidadãos com necessidades especiais na sociedade de informação, a observar na disponibilização do serviço de apoio ao cidadão.

CARTÃO DE CIDADÃO

Portaria n.º 287/2017 DR n.º 188/2017, Série I de 2017-09-28

A presente Portaria procede à regulamentação dos mecanismos técnicos de acesso e leitura dos dados constantes de circuito integrado do cartão de cidadão, do prazo geral de validade do cartão de cidadão, dos casos e os termos em que o Portal do Cidadão funciona como serviço de receção de pedidos de renovação de cartão de cidadão, do sistema de cancelamento do cartão de cidadão pela via telefónica e eletrónica, do montante devido pelo Instituto dos Registos e Notariado, I. P. (IRN), à Agência de Modernização Administrativa, I. P. (AMA), pelo exercício das suas competências, previstas no artigo 23.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 91/2015, de 12 de agosto e 32/2017, de 1 de junho e das regras relativas à conservação do ficheiro com o código pessoal de desbloqueio (PUK) do cartão de cidadão.

CARTÃO DE CIDADÃO

Portaria n.º 291/2017 DR n.º 188/2017, Série I de 2017-09-28

Define as taxas devidas pela prestação dos serviços associados ao cartão de cidadão e pela emissão do cartão de cidadão provisório, bem como as situações de redução, isenção ou gratuidade

SISTEMA BRAILLE

Decreto-Lei n.º 126/2017 DR n.º 192/2017, Série I de 2017-10-04

Oficializa o Sistema Braille em Portugal.

PREVENÇÃO DA PRÁTICA DE ASSÉDIO

Declaração de Retificação n.º 28/2017 DR n.º 190/2017, Série I de 2017-10-02

Declaração de retificação à Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, que «Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro».

SELO DE VALIDAÇÃO AT (SVAT)

Portaria n.º 293/2017 DR n.º 190/2017, Série I de 2017-10-02

Portaria que cria o Selo de Validação AT (SVAT) e define as regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT).